

N.º 036 / 2023

06 de Julho

Assunto:

Pedido de Audiência com a Exma. Sra. Ministra da Agricultura – APAT, AGEPOR, APED, APOL e CPLS

Caros associados,

A Associação dos Transitários de Portugal (APAT), conjuntamente com a Associação dos Agentes de Navegação de Portugal (AGEPOR), a Associação Portuguesa dos Operadores Logísticos (APOL), a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e Comunidade Portuária e Logística de Sines (CPLS) endereçaram, à Exma. Sra. Ministra da Agricultura e da Alimentação, a Dra. Maria do Céu Antunes, um pedido de audiência, na sequência da morosidade no cumprimento de procedimentos legais para a certificação de mercadorias, devido à carência de inspetores fitossanitários, aliada à inadequação, nas áreas portuárias, dos locais afetos à realização dos atos inspetivos.

O problema - concordam os signatários da petição - conduz a um significativo aumento de custos operacionais, forçando os operadores económicos a buscar alternativas em outros portos estrangeiros, e, assim, afetando a competitividade nacional. Consideram ainda as entidades signatárias que, mesmo a opção de realocação de contentores para armazéns privados (que ajudaria a descongestionar as regiões com maiores fluxos) não resolve o problema, uma vez que é patente a escassez de técnicos qualificados, assim levando a uma morosidade no licenciamento de armazéns para o efeito e ainda a uma impossibilidade de efetuar inspeções nessas infraestruturas, por falta de meios humanos.

A situação, que se arrasta há vários anos, é especialmente gravoso para as empresas ligadas à importação de frutas e legumes, impactando, naturalmente, o volume de cargas processadas nos portos nacionais, com particular enfoque nos portos de Sines e Leixões.

Todo este contexto, considerando as associações signatárias da petição, é passível de prejudicar a economia nacional e de lesar a competitividade das infraestruturas portuárias e do tecido empresarial envolvido, tornando-se essencial, no entendimento das entidades signatárias da petição, uma audiência com a tutela, no sentido de expor o caso e debater potenciais soluções, tendo-se demonstrado o setor totalmente disponível para ser parte ativa na resolução do problema.

Com os nossos melhores cumprimentos,

M.: Via do Oriente 4
Escritório 1 1990-514 Lisboa

TLF.: +351 213 187 101
(custo de chamada fixa nacional)

TLM.: +351 968 632 801
(custo de chamada móvel nacional)

